



Madre Maria Santa Margarida, 270 - Bairro: Nova Campinas, Campinas, com no máximo 60 alunos por turma. A IES reserva-se o direito de não abrir turmas com menos de 25 alunos. Horário dos cursos de 2ª a 6ª feira: Diurno: das 7h10min às 12h35min (exceto para os cursos de Direito, Engenharia ou qualquer curso da Graduação Tecnológica: 7h10min às 10h50min); Noturno: das 19h30min às 23h00. Observação: Os candidatos aprovados que optarem pelo curso matutino (qualquer graduação bacharelado) seguirão os seguintes horários: Do 1º ao 4º semestre, das 07h10 às 12h35 (exceto para os cursos de Direito e Engenharia: 7h10min às 10h50min) e, do 5º semestre em diante das 19h30 às 23h00. Inscrições: até o dia 27 de maio de 2015. Data da prova, dia 31 de maio de 2015 (DOMINGO) das 13 horas às 18 horas, devendo o candidato chegar às 12 horas ao local da prova, munido de documento de identidade original com foto. O Processo Seletivo constará das seguintes disciplinas/pontuação: língua portuguesa (língua materna) 15, matemática 15, atualidades 10, inglês 10, história 10, geografia 5, biologia 5, química 5, física 5 e redação - nota de 0 a 10, com peso 2; total de pontos possíveis - 100 pontos. Classificação: Serão classificados conforme pontuação nas provas e redação, respeitando-se a quantidade de acertos de cada uma conforme informações acima. A nota de corte é de 15 pontos. A admissão nos cursos de graduação da ESAMC Campinas será feita mediante processo classificatório dos candidatos habilitados, com o aproveitamento até o limite de vagas fixado para os cursos ofertados, obedecidos os critérios constantes neste Edital. "Na hipótese de restarem vagas não preenchidas, a ESAMC Campinas realizará novos processos seletivos".

LUIZ FRANCISCO GRACIOSO

**EDITAL DE 4 DE MARÇO DE 2015
PROCESSO SELETIVO 2º SEMESTRE DE 2015**

O Diretor-Presidente da Faculdade ESAMC São Paulo, mantida pelo Centro de Estudos de Administração e Marketing CEAM Ltda., no uso de suas atribuições legais torna público o edital de vestibular, contendo as normas e procedimentos necessários à realização do processo seletivo para ingresso no 2º semestre de 2015 para os cursos de: Administração, vagas: 40 diurno e 40 noturno (Port. Aut. MEC nº 299 de 15/04/2008); Comunicação Social com Habilitações em: Publicidade e Propaganda, vagas: 40 diurno e 40 noturno (Port. Aut. MEC nº 593 de 25/08/2008); Design, vagas: diurno e 40 noturno (Port. Aut. MEC nº 174 de 06/02/2009); Relações Internacionais, vagas: 40 diurno e 40 noturno (Port. Aut. MEC nº 1106 de 19/12/2008). As vagas oferecidas por este processo seletivo terão validade somente para o 2º semestre de 2015 e o funcionamento dos cursos será na Rua Sabará 524 - Consolação, São Paulo, com no máximo 60 alunos por turma. A IES reserva-se o direito de não abrir turmas com menos de 25 alunos. Horário dos cursos de 2ª a 6ª feira: Diurno: das 7h10min às 12h35min e Noturno: das 19h30 min às 23h00. Observação: Os candidatos aprovados que optarem pelo curso matutino (qualquer graduação bacharelado) seguirão os seguintes horários: Do 1º ao 4º semestre, das 07h10 às 12h35 e do 5º semestre em diante das 19h30 às 23h00. Inscrições: até o dia 27 de maio de 2015. Data da prova, dia 30 de maio de 2015 (SÁBADO) das 13 horas às 18 horas, devendo o candidato chegar às 12 horas ao local da prova, munido de documento de identidade original com foto. O Processo Seletivo constará das seguintes disciplinas/pontuação: língua portuguesa (língua materna) 15, matemática 15, atualidades 10, inglês 10, história 10, geografia 5, química 5, física 5, biologia 5 e redação - nota de 0 a 10, com peso 2; total de pontos possíveis - 100 pontos. Classificação: Serão classificados conforme pontuação nas provas e redação, respeitando-se a quantidade de acertos de cada uma conforme informações acima. A nota de corte é de 15 pontos. A admissão nos cursos de graduação da Faculdade ESAMC São Paulo será feita mediante processo classificatório dos candidatos habilitados, com o aproveitamento até o limite de vagas fixado para os cursos ofertados, obedecidos os critérios constantes neste Edital. Na hipótese de restarem vagas remanescentes, a Faculdade ESAMC São Paulo realizará novos processos seletivos. Alunos que tenham pontuação igual ou superior a 150 no ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio, poderão ocupar as vagas remanescentes sem a necessidade de realização do Processo Seletivo da Instituição.

LUIZ FRANCISCO GRACIOSO

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS

CNPJ Nº 04.724.690/0001-82

BALANÇO PATRIMONIAL

Posição (valores em reais/R\$) em 31 de dezembro de 2014:

Ativo	2014	2013
Ativo Circulante	47.084.189,52	40.233.094,99
Caixa e Equivalentes de Caixa	13.409.935,72	17.679.055,90
Bancos/caixa - Recursos com Restrição	22.573,44	50.865,66
Aplicações Financeiras - Recursos com Restrição	13.387.362,28	17.628.190,24
Outros Valores a Receber	33.674.253,80	22.554.039,09
Clientes	33.058.720,96	21.816.479,99
Adiantamento a Fornecedores	163.092,96	150.947,87
Impostos a Recuperar	49.286,30	43.148,56
Adiantamento a Funcionários	15.449,05	0,00
Adiantamento de Férias	368.519,24	395.258,29
Outros Créditos	4.631,05	4.126,53
Títulos de Capitalização - BB	0,00	132.380,00
Despesas do Exercício Seguinte	14.554,24	11.697,85
Ativo Não Circulante	2.146.098,92	2.651.363,08
Imobilizado	1.781.585,74	2.130.051,53
Bens Próprios com Restrição	3.958.760,24	3.828.805,08
(-) Depreciações Acumuladas	(2.177.174,50)	(1.698.753,55)
Intangível	364.513,18	521.311,55
Sistemas Aplicativos - Software com Restrição	1.362.289,58	1.326.845,45
(-) Amortizações Acumuladas	(997.776,40)	(805.533,90)
Total do Ativo	49.230.288,44	42.884.458,07

Passivo	2014	2013
Passivo Circulante	4.706.859,67	3.944.276,95
Encargos Sociais a Recolher	371.022,10	289.342,61
Encargos Tributários a Recolher	276.864,89	223.509,63
Fornecedores	545.158,14	276.290,81
Provisão para Férias e Encargos	1.357.170,41	1.384.901,24
Provisão Contratos de Serviços	1.835.858,52	1.678.580,97
Outras contas a pagar/Compensar	320.785,61	91.651,69
Patrimônio Social Líquido	44.523.428,77	38.940.181,12
Reservas	6.750.408,82	8.417.608,05
Reserva Técnica - com Restrição	6.750.408,82	8.417.608,05
Superávit Acumulados	37.773.019,95	30.522.573,07
Superávit de Exercícios Anteriores com restrição	32.189.772,30	24.684.833,68
Déficit/Superávit do Exercício com restrição	5.583.247,65	5.837.739,39
Total do Passivo	49.230.288,44	42.884.458,07

DEMONSTRAÇÃO DE SUPERÁVIT E DÉFICIT

	2014	2013
(+) Receita Bruta	41.290.343,61	41.329.006,03
COM RESTRIÇÃO		
Contrato de Gestão	37.950.000,00	39.950.000,00
Recuperação de Despesas/Ressarcimento	16.160,40	
(=) Total Receita com Restrição	37.966.160,40	39.950.000,00
SEM RESTRIÇÃO		
Serviços Prestados a Terceiros	3.295.243,56	1.362.440,00
Recuperação de Despesas/Ressarcimento	28.939,65	0,00
Contribuições	0,00	16.566,03
(=) Total Receita sem Restrição	3.324.183,21	1.379.006,03
(-) Deduções da Receita Bruta	(153.028,48)	(64.557,31)
ISS sobre Faturamento	(153.028,48)	(64.557,31)
(=) Receita Líquida	41.137.315,13	41.264.448,72
(-) Despesas Operacionais - Contrato de Gestão	(34.459.130,05)	(34.677.287,38)
Despesas Gerais e Administrativas	(2.215.795,95)	(2.936.984,88)
Despesas com Pessoal e Encargos	(17.320.141,95)	(15.999.283,75)
Serviços de Terceiros	(8.581.687,83)	(6.807.964,92)
Aluguéis e Arrendamentos	(2.880.406,98)	(4.488.559,22)
Impostos e Taxas	(46.742,76)	(91.985,84)
Diárias	(975.647,10)	(1.285.596,68)
Passagens	(1.498.657,64)	(1.864.195,23)
Promoções e Eventos	(216.592,78)	(555.772,41)
Outras Despesas Operacionais	(54.037,71)	(35.651,32)
Depreciações e Amortizações	(669.419,35)	(611.293,13)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS - OUTROS CONTRATOS	(2.599.879,47)	(1.667.678,47)
Despesas Gerais e Administrativas	(3.661,68)	(11.794,85)
Despesas com Pessoal e Encargos	(670.434,15)	(645.344,83)
Serviços de Terceiros	(1.308.280,20)	(578.617,37)
Diárias	(140.428,10)	(171.950,20)
Passagens	(188.310,88)	(177.645,31)
Promoções e Eventos	(286.491,36)	(81.000,05)
Outras Despesas Operacionais	(1.029,00)	(1.325,86)
Depreciações e Amortizações	(1.244,10)	0,00
(=) Resultado Operacional Bruto	4.078.305,61	4.919.482,87
(+/-) Resultado Financeiro	1.504.942,04	918.256,52
Despesas Financeiras - Contrato de Gestão	(369.840,02)	(238.550,64)
Despesas Financeiras - Outros Contratos	(36.731,15)	(56.192,19)
Receitas Financeiras - Contrato de Gestão	1.704.084,95	1.078.304,58
Receitas Financeiras - Outros Contratos	207.428,26	134.494,77
Superávit/Déficit do Exercício	5.583.247,65	5.837.739,39

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

1- Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2014	2013
(+/-) Superávit líquido do exercício/Lucro líquido do exercício	5.583.247,65	5.837.739,39
Ajustes por:		
(+) Depreciação e amortização	670.663,45	611.293,13
(+) Ajuste de exercícios anteriores.	-	44.085,92
(+) Perdas por baixa de bens inservíveis	-	23,65
Variação nos saldos dos ativos:		
(+/-) Redução(Aumento) em clientes	(11.242.240,97)	824.170,01
(+/-) Redução(Aumento) em adiantamentos	(855,09)	778.230,39
(+/-) Redução(Aumento) em Aplicações financeiras	132.380,00	-
(+/-)Redução(Aumento) em Outras contas ativas	(9.498,65)	4.974,86
Variação nos saldos dos passivos:		
(+/-) Aumento/(Redução) nos encargos sociais e tributários	135.034,75	(171.203,28)
(+/-) Aumento/(Redução) em fornecedores	268.867,33	(57.245,62)
(+/-)Aumento/(Redução) nas provisões trabalhistas	(27.730,83)	227.019,17
(+/-)Aumento/(Redução) em Provisões Contratos de Serviços	157.277,55	(1.117.254,01)
(+/-)Aumento/(Redução) em outras contas a pagar	229.133,92	(163.451,96)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(4.103.720,89)	6.818.381,65
2- Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	2014	2013
(-) Compra do Ativo Imobilizado	(129.955,16)	(1.625.581,89)
(-) Compra do Ativo Intangível	(35.444,13)	(1.934,53)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	(165.399,29)	(1.627.516,42)
Aumento/Diminuição Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.269.120,18)	5.190.865,23
3 - Variação do Caixa e Equivalentes de caixa	2014	2013
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	17.679.055,90	12.488.190,77
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	13.409.935,72	17.679.055,90

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

	Déficit/Superávit Acumulados	Déficit/Superávit do Exercício	Reservas Reserva Técnica	Total
Saldo em 31/12/2012	23.706.462,33	1.681.706,61	7.670.186,87	33.058.355,81
Incorporação do Superávit 2012	1.681.706,61	(1.681.706,61)	-	-
Ajuste Superávit Exercício Anteriores	44.085,92	-	-	44.085,92
Transferência para Reserva Técnica	(747.421,18)	-	747.421,18	-
Superávit do Exercício	-	5.837.739,39	-	5.837.739,39
Saldo em 31/12/2013 em	24.684.833,68	5.837.739,39	8.417.608,05	38.940.181,12
Incorporação do Superávit 2013	5.837.739,39	(5.837.739,39)	-	-

Ajuste Superávit Exercício Anterior	-	-	-	-
Transferência para Superávit Acumulados	1.667.199,23	-	(1.667.199,23)	-
Superávit do Exercício	-	5.583.247,65	-	5.583.247,65
Saldo em 31/12/2014	32.189.772,30	5.583.247,65	6.750.408,82	44.523.428,77

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Nota 1 - Contexto operacional - O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, qualificado como organização social pelo Decreto nº 4.078, de 9 de janeiro de 2002, com sede e foro em Brasília/DF, tem por finalidade a realização e promoção de estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência e tecnologia e atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos. As atividades desenvolvidas pelo CGEE estão atreladas a metas e a prazos descritos no Contrato de Gestão e fomento firmado entre as partes signatárias: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, tendo como interveniente a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, em 16 de abril de 2002, renovado por mais um ciclo, com vigência até 30 de junho de 2016. Em áreas de sua atuação, este Centro executa outros serviços contratados por terceiros.

Nota 2 - Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976, e suas alterações, no que couber a ITG 2002 - Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 - Resolução CFC 1.418/12, nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, vigentes no exercício de 2014 e ainda com as disposições contidas no artigo 2º, alínea "i" da Lei 9.637/98, onde estabelece que numa possível desqualificação/extinção de uma Organização Social todo o patrimônio, sendo este gerado por atividades próprias ou vinculadas ao Contrato de Gestão, se reverte ao órgão fomentador ou instituição com as mesmas características. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de forma a evidenciar as características próprias de uma entidade sem finalidade de lucros qualificada como Organização Social desde o início de suas atividades, cujo instrumento de relação entre o poder público é o "Contrato de Gestão" elaborado com base no princípio de fomento as atividades, conceito bem mais amplo que a ideia de subvenção ou de convênio e da pura e simples prestação de serviços.

Nota 3 - Principais Práticas e Diretrizes Contábeis - 3.1 Caixa e equivalente de caixa - Referem-se a saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos em base "pro rata temporis" até a data do balanço, não superando o valor de mercado. 3.2 Estimativas contábeis - A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração do CGEE use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros básicos, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. O CGEE revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. 3.3 Instrumentos financeiros - O CGEE tem os seguintes instrumentos financeiros: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e recebíveis. - Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado no momento do reconhecimento inicial e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. - Investimentos mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, sem o registro do ajuste ao valor de mercado. - Recebíveis. Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos a receber. O CGEE não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos na gestão de seus recursos financeiros. 3.4 Imobilizado: Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. 3.5 Ativos intangíveis: correspondem a bens intangíveis adquiridos pelo CGEE e que têm vidas úteis finitas, sendo mensurados pelos custos, deduzidos da amortização acumulada. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. 3.6 Provisões - uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, quando o CGEE tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, em que o provável recurso econômico será exigido para liquidar a obrigação. 3.7 Apuração dos resultados - O Centro adota o regime de competência para o registro de suas receitas e despesas com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 - Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 - Resolução CFC 1.418/12 e ainda nas disposições contidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, vigentes no exercício de 2014. 3.8 Receita operacional - Serviços: A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data da apresentação das demonstrações contábeis. 3.9 Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com multas, taxas bancárias e outras despesas vinculadas às aplicações financeiras mantidas pela Entidade.

Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa. O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimentos à vista, ou até o vencimento contratado, os recursos com restrição referem-se a movimentação financeira específica do Contrato de Gestão:

	2014	2013
Bancos/Caixa - Recursos com restrição-Contrato Administrativo	22.573,44	6.101,97
Bancos/Caixa - Recursos com restrição-Contrato de Gestão	0,00	44.763,69

Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Recursos com restrição-Contratos Administrativos	1.939.630,20	1.659.881,98
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata - Recursos com restrição-Contrato de Gestão	11.447.732,08	15.968.308,26
Total	13.409.935,72	17.679.055,90

Nota 5 - Títulos de Capitalização

	2014	2013
Investimentos circulantes Mantidos até o vencimento	0,00	132.380,00
Títulos de Capitalização		
Total	0,00	132.380,00

Os investimentos em Títulos de Capitalização foram realizados para garantir fiança no contrato de locação FUNCEF/CGEE, no período de 2012 e foram resgatados no ano de 2014.

Nota 6 - Contas a Receber. Os valores registrados nesta conta correspondem aos créditos junto às instituições com as quais o CGEE firmou contrato de gestão e prestação de serviços, cujo documento fiscal e nota de empenho já foram emitidos:

	2014	2013
Clientes		
ANA - Agência Nacional de Águas	310.570,96	0,00
FIEA - Federação das Indústrias do Estado de Alagoas	0,00	10.000,00
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos	32.558.150,00	21.558.150,00
ME - Ministério dos Esportes	190.000,00	0,00
MMA - Secretaria de Mudanças Climáticas	0,00	240.529,99
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	0,00	7.800,00
Total	33.058.720,96	21.816.479,99

Nota 7 - Adiantamento de férias: O CGEE tem por política conceder férias coletivas a seus empregados no início de cada exercício financeiro (janeiro/2015). Em virtude dessa política, foi registrado montante de R\$ 368.519,24 (R\$ 395.258,29 - 2013) no ativo circulante, relativo aos adiantamentos de férias pagos aos colaboradores.

Nota 8 - Adiantamento a fornecedores: Em razão dos contratos firmados com cláusulas específicas, esse grupo contábil registra os adiantamentos realizados aos fornecedores no montante de R\$ 163.092,96 (R\$ 150.947,87 - 2013).

Nota 9 - Imobilizado e Intangível: Na análise dos indicadores internos e externos não foram identificados motivos que levassem a Administração do CGEE a apurar e conseqüentemente registrar eventual perda do valor recuperável dos bens do ativo imobilizado (imparment). O imobilizado e o intangível guardam a seguinte composição:

		2014	2013
Descrição	Taxa de Depreciação		
Imobilizado			
Equipamentos de Informática	20%	2.014.412,25	1.968.465,01
Instalações	10%	563.602,18	563.602,18
Máquinas e Equipamentos de Escritório	10%	66.575,45	44.111,45
Móveis e Utensílios	10%	653.190,02	625.496,10
Equipamentos de Audiovisual	20%	342.168,10	308.318,10
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	24%	318.812,24	318.812,24
(-) Depreciações		(2.177.174,50)	(1.698.753,55)
Subtotal do Imobilizado		1.781.585,74	2.130.051,53
Intangível			
Sistemas Aplicativos - Software	20%	1.362.289,58	1.326.845,45
(-) Amortizações		(997.776,40)	(805.533,90)
Subtotal do Intangível		364.513,18	521.311,55
Total do Imobilizado e Intangível		2.146.098,92	2.651.363,08

Nota 10 - Fornecedores: Demonstramos a seguir os saldos dos principais fornecedores de materiais e serviços:

	2014	2013
Fornecedores		
AGM - Miranda Turismo e Representações	0,00	64.291,78
CEDAO - Centro de Estudos e Desenv. Avançados	0,00	12.000,00
EMPRED - Engenharia e Manutenção Predial LTDA	0,00	18.139,38
EVERIS Brasil Consultoria de Neg. e Tec. da Informação Ltda.	55.920,00	0,00
FBDS - Fundação Brasileira p/o Desenvolvimento Sustentável	0,00	20.000,00
FCPC - Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura	135.000,00	0,00
IPEAD - Fundação Inst. de Pesquisas Econômicas, Adm e Contábeis	75.000,00	0,00
Kember Associates Ltd	0,00	99.802,74
RadioNet Consultoria Empresarial Ltda	16.000,00	0,00
RALEDUC - Tecnologia e Educação Ltda - EPP	227.500,00	0,00
Outros Fornecedores	35.738,14	62.056,91
Totais	545.158,14	276.290,81

Nota 11 - Provisão de Férias e Encargos Sociais: Em razão das obrigações trabalhistas oriundas das contratações de funcionários para os quadros do CGEE mantem-se em 2014 uma provisão de férias e encargos sociais na proporção de R\$ 1.357.170,41 (R\$ 1.384.901,24 - 2013).

Nota 12 - Outras Contas a Pagar

	2014	2013
Ressarcimento - Pessoal Cedido	24.763,71	48.579,84
Créditos a Compensar	47.624,67	41.963,61
Saldo bancários a compensar	248.397,23	1.108,24
Totais	320.785,61	91.651,69



a) Provisão ressarcimento pessoal cedido - devido a contratação de pessoal cedido de instituições de ensino para composição do quadro funcional do CGEE foi acordado a restituição dos valores custeados pelo órgão de origem. Sendo assim, apropria-se a provisão correspondente ao valor dos custos mensais. b) Créditos a compensar/Desconto em folha - Valores relativos a descontos realizados em folha de pagamento para garantir o contrato de empréstimos consignado dos funcionários que ainda não foram debitados na conta corrente do CGEE. c) Saldos bancários a Compensar/Agendados - Referem-se a agendamentos de pagamentos realizados no período que antecede as férias coletivas.

Nota 13 - Provisão Contratos de Bens e Serviços: Para os contratos firmados no período de vigência até 2014, em que os contratados estão em processo de execução do serviço (produto) e não há fatos que emanem suspeitas ou incertezas do descumprimento de prazos ou entrega dos produtos previstos e ainda com base em uma estimativa confiável do montante da obrigação estabelecida em cláusula contratual e diante da provável saída de recursos para liquidar tal obrigação, foi apropriado em 2014 o valor correspondente a R\$ 1.835.858,52 a título de provisão (R\$ 1.678.580,97 - 2013).

Nota 14 - Patrimônio Social Líquido: O patrimônio social líquido é formado pelo acúmulo dos superávits e déficits apurados em função das atividades operacionais executadas pelo CGEE. Essa conta registra o resultado operacional do Contrato de Gestão e dos contratos administrativos. O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, considerando a "essência" nos registros dos atos e fatos contábeis das suas operações optou por continuar mantendo o registro operacional do Contrato de Gestão e Contratos Administrativos no resultado da Instituição, por entender que esta, opera desde o início de suas atividades como organização qualificada como "OS" visto que, a vinculação da possível devolução de recurso/patrimônio será no momento da desqualificação ou extinção da instituição (Lei 9.637/98) e não ao término do Contrato de Gestão ou dos Contratos Administrativos. Dessa forma, entende-se que todo o seu patrimônio é passível da restrição legal e poderá ser gerido pela instituição, mas em uma possível desqualificação, este deverá ser revertido para o ente fomentador. De acordo com Subcláusula Segunda da Cláusula Quarta do Sétimo Termo Aditivo ao Contrato de Gestão (2010-2016) celebrado entre a União e o CGEE, deve ser mantida uma Reversa Técnica de R\$ 6.750.408,28, neste exercício (R\$ 8.417.608,05 - 2013)

Nota 15 - Receitas. a) Contrato de Gestão - O CGEE registrou no exercício de 2014 uma receita de fomento vinculada ao Contrato de Gestão no valor de R\$ 37.950.000,00 (R\$ 39.950.000,00 - 2013), com a seguinte configuração conforme os registros contábeis: R\$ 5.391.850,00 recebidos no exercício e R\$ 32.558.150,00 escriturados no ativo circulante a receber. b) Contratos Administrativos - A receita registrada no ano de 2014 dos contratos administrativos corresponde a R\$ 3.295.243,56 (R\$ 1.362.440,00 - 2013). Demonstrados no quadro a seguir:

QUADRO DE RECEITAS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Contratantes	2014	2013
Embaixada Britânica-Energy	211.128,70	70.589,54
Federação das Ind. do Estado de Alagoas - FIEA	0,00	62.500,00
Internacional Development Research Centre - IDRC	0,00	704,01
Instituto Ambiental Brasil Sustentável - IABS	0,00	256.000,00
Instituto Euvaldo Lodi - IEL	0,00	150.000,00
Ministério do Meio Ambiente - MMA	309.231,04	781.828,75
Ministério do Desenv.Ind. e Com.Exterior - MDIC	216.499,00	0,00
Ministério do Esporte - ME	1.385.000,00	0,00
Ministério do Planejamento,Orçamento e Gestão - MPOG	95.241,29	40.817,70
Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE	120.550,37	0,00
Universidade DURHAM	23.545,16	0,00
Agência Nacional de Águas	934.048,00	0,00
Totais	3.295.243,56	1.362.440,00

c) Receitas financeiras - O CGEE obteve no exercício de 2014 uma receita financeira de R\$ 1.911.513,21 (R\$ 1.212.799,35 - 2013) conforme discriminação a seguir:

Aplicações Financeiras e Outras Receitas	Contrato de Gestão	Outros Recursos
Aplicações Financeiras	1.690.144,74	207.428,26
Descontos Obtidos	13.940,21	0,00
Totais	1.704.084,95	207.428,26
Total Geral	1.911.513,21	

Nota 16 - Despesas - As despesas incorridas no exercício pelo CGEE, visando cumprir seus objetivos, corresponderam ao montante de R\$ 37.465.580,69 (R\$ 36.639.508,68 - 2013), sendo R\$ 34.828.970,07 (R\$ 34.915.638,02 - 2013) de recursos oriundos do Contrato de Gestão e R\$ 2.636.610,62 (R\$ 1.723.870,66 - 2013) amparados por receitas advindas de Contratos Administrativos.

Nota 17 - Outras Informações. a) Seguros - O CGEE mantém apólice de seguros em valor suficiente para cobrir eventuais sinistros com os bens do seu ativo imobilizado. b) Ação Civil Pública - Consta um processo de ação Civil Pública de improbidade administrativa nº 0008469-88.2010.4.03.6103 ajuizado pelo Ministério Público Federal onde o CGEE é citado como réu às penas previstas na Lei de improbidade administrativa nos contratos celebrados com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE nºs RD 01.06.182.0/2005 e RD 01.06.153.0/2006, no valor total atualizado de R\$ 519.490,06 (quinhentos e noventa e nove mil, quatrocentos e noventa reais, seis centavos). Processo acompanhado pela assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados, que classificou a possibilidade de perda como possível em 31/12/2014;. c) Fiscalização - Consta, em vias administrativas, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB dois processos nºs 10166.722724/2011-30 e 10166.722722/2011-41, resultantes do auto de infração - AI, proveniente do Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) nº 01.1.01.00.2010-01041-3 emitido em 10/12/2010 compreendendo o período fiscalizado de janeiro/2007 a dezembro/2008 no valor total de R\$ 1.461.646,98 (um milhão, quatrocentos e sessenta e um mil, seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos) e referem-se a multas pela falta de retenção do IRRF (DIÁRIAS) e de cumprimento de obrigações acessórias, ausência de recolhimento de obrigações relativas a contribuições previdenciárias da rubrica paga a título de "DIÁRIAS" e "AUXÍLIO MORADIA". Ambos os processos foram impugnados administrativamente via assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados, que classificou a possibilidade de

perda como possível em 31.12.2014; d) Processos Administrativos - Consta, em vias administrativas, junto ao Tribunal de Contas da União, os processos administrativos referentes às prestações de contas do Contrato de Gestão dos exercícios de 2005 e 2006. Os processos são acompanhados pela assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados, que classificou as possibilidades de perda em 31/12/2014 como possível. e) Compromissos futuros - O CGEE mantém contratos firmados com seus fornecedores de serviços e materiais no montante de R\$ 10.888.608,84 e de contratos firmados com seus clientes no valor de R\$ 2.032.610,25, que não configura no resultado do exercício em 2014, podendo ou não se realizar em exercícios subsequentes.

Brasília, 31 de dezembro de 2014

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA

Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF

CPF 768.155.871-34

MARIANO FRANCISCO LAPLANE

Presidente do CGEE/OS

CPF: 096.769.418-32

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Examinamos as demonstrações financeiras do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras. A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a uma Organização Social, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

3. Responsabilidade dos auditores independentes. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

4. Opinião. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. Ênfases. Chamamos à atenção para a Nota Explicativa nº 01 às demonstrações financeiras, que descreve que os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE são providos pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e estão atrelados ao Contrato de Gestão, firmados originalmente em 16 de abril de 2002, renovado por mais um ciclo, com vigência até 30 de junho de 2016. A continuidade das operações da Entidade depende do recebimento dos recursos financeiros do Contrato de Gestão. Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 17 às demonstrações financeiras, que dispõe sobre o processo de ação Civil Pública de improbidade administrativa ajuizado pelo Ministério Público Federal, bem como sobre os processos administrativos, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil, por descumprimento de obrigações principais e acessórias. Em 31 de dezembro de 2014, os referidos processos foram classificados pelos assessores jurídicos com possível possibilidade de perda e com valores estimados em R\$ 519.490,06 e 1.461.646,98, respectivamente. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

MRP AUDITORIA & CONSULTORIA S/S

CRC DF-001326/O-4

RICARDO DA SILVA FARIAS PASSOS

Contador CRC DF-015504/O-2

MARCYO FRANCO FORTES

Contador CRC DF- 015291/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de 2015, na sede do CGEE, foi realizada a trigésima oitava (38ª) reunião ordinária do Conselho Fiscal do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos que, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame da documentação representada pelo balanço, relatórios, demonstrações financeiras, fluxo de caixa e Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.